

ASPECTOS DA TRAJETÓRIA

DE ADOLESCENTES E JOVENS ENVOLVIDOS COM ROUBO NA CIDADE DE SÃO PAULO



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

ÍNDICE

• INTRODUÇÃO	04
• SOBRE A PESQUISA	05
• RESULTADOS DA PESQUISA	07
• CAPÍTULO I: SOBRE OS ADOLESCENTES	07
REPRESENTANTES DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E CONSELHO TUTELAR	07
TÉCNICOS E EDUCADORES DO SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	08
ADOLESCENTES	09
PERCEPÇÕES DOS FAMILIARES	15
• CAPÍTULO II: ATO INFRACIONAL DE ROUBO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ADOLESCENTES	16
PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS	16
PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES	17
PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ROUBOS	21
CONTINUIDADE OU DESISTÊNCIA	21
• CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS	23
• CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados de uma pesquisa realizada durante o ano de 2013 sobre a trajetória de adolescentes e jovens envolvidos com roubos na cidade de São Paulo. O estudo foi uma iniciativa do Instituto Sou da Paz e sua realização ficou a cargo do Instituto Fonte, organização selecionada por meio de edital. O apoio da Fundação CASA e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) de São Paulo foi fundamental para viabilizar o acesso aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares ouvidos neste estudo, e reflete o desejo destas instituições em aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno do envolvimento dos adolescentes com a prática de roubo.

Desde sua fundação, o Instituto Sou da Paz trabalha para elaborar e implementar políticas de segurança pública a partir de uma perspectiva sistêmica, que integre ações de prevenção e repressão e que faça um contraponto ao modelo de segurança pública que vem sendo adotado nas últimas décadas - focado majoritariamente no aumento da repressão policial e endurecimento penal. A articulação com as instituições que fazem a gestão das políticas e a produção de conhecimento para subsidiar o desenho de intervenções inovadoras são pressupostos deste trabalho.

Tendo atuado por muitos anos para contribuir para a redução dos homicídios (a partir de ações com foco no controle de armas, na melhoria do trabalho policial, no desenvolvimento comunitário e em juventude), em 2012 o Instituto Sou da Paz incorporou a redução do crime de roubo¹ como objetivo estratégico. Assim, passou a direcionar esforços que contribuam para compreender melhor as dinâmicas relacionadas a este crime e propor respostas nos campos da prevenção e repressão que dialoguem com as várias dimensões deste fenômeno.

O crime de roubo figura nas estatísticas policiais como o mais frequente dentre os delitos cometidos com violência, e também bastante disperso geograficamente, o que faz com que exerça notória influência no debate público sobre segurança. À época da concepção

deste estudo (primeiro semestre de 2013), os roubos responderam por 97% dos crimes violentos registrados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/SP) na cidade de São Paulo, totalizando mais de 86 mil ocorrências. Ao contrário dos homicídios, que tendem a concentrar-se em áreas periféricas, as ocorrências de roubo estão dispersas pela cidade², o que contribui para difundir a sensação de medo em todos os seus habitantes. Isto impacta seus hábitos cotidianos, padrões de sociabilidade e demandas por mais repressão policial e penas mais duras, que por sua vez impacta na atuação do sistema de segurança pública e justiça criminal.

No sistema prisional paulista, o roubo corresponde à maior causa de encarceramento, mantendo-se à frente do tráfico de drogas (conforme dados do INFOPEN, 2006 a 2011). Na cidade de São Paulo, estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz apontou a liderança do crime de roubo entre os presos em flagrante em 2011. Seu perfil etário indica a forte concentração na faixa dos 18 aos 25 anos (57%) sendo que neste grupo, 10% correspondem a jovens de 18 anos³.

Considerando estes dados e a necessidade de elaborar estratégias de prevenção mais efetivas, o Instituto Sou da Paz decidiu investir na produção de conhecimento sobre a trajetória e motivações dos adolescentes e jovens. Partindo do entendimento de que é preciso superar a concepção de prevenção como sinônimo de qualquer política social,⁴ o Sou da Paz se propôs a levantar informações que pudessem redirecionar o olhar de quem está comprometido em elaborar e implementar estratégias de enfrentamento à trajetória infracional/delitiva de adolescentes e jovens.

Longe de ser representativos de todo o universo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, os achados levantados por esta pesquisa buscam agregar outras perspectivas – quando não reiteram percepções já identificadas por outros autores. Espera-se que este relatório abra novos diálogos e oportunidades de reflexão e intervenção.

1. O Código Penal define o roubo como o ato de "subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa".

2. Segundo dados divulgados pela SSP/SP

3. O relatório da pesquisa *Prisões em flagrante na cidade de São Paulo* está disponível para acesso neste link: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/justica_prisoesflagrante_pesquisa_web.pdf

4. O discurso da prevenção à violência ainda está muito atrelado à ideia de garantir mais educação, construir espaços de lazer nas periferias; o que não dá conta das especificidades do fenômeno da violência urbana e ainda reforça a estigmatização de quem vive nas periferias

SOBRE A PESQUISA

Para a realização da pesquisa, o Instituto Sou da Paz optou por convocar pesquisadores e instituições a enviar propostas seguindo parâmetros estabelecidos em edital. Era necessário que a pesquisa contemplasse um grupo ampliado de jovens, e que considerasse aspectos relacionados à sua singularidade (motivações, relações afetivas, entre pares), assim como aqueles relacionados aos percursos e itinerários e suas relações com espaços e instituições.

O Instituto Sou da Paz divulgou o edital em seu site, redes sociais e entre parceiros e interlocutores. Foram recebidas onze propostas, oriundas de centros de pesquisa vinculados a universidades, grupos de pesquisadores autônomos e organizações da sociedade civil.

A proposta selecionada⁵ foi a do Instituto Fonte, que trabalha desde 2002 buscando fortalecer organizações da sociedade civil em diversas frentes: gestão, planejamento, avaliação de projetos, – e, em função disso tem familiaridade com diversos temas de trabalho que se relacionam ao foco desta pesquisa: adolescência, famílias em vulnerabilidade, periferias. Por não ser uma instituição com forte tradição em pesquisa, o Instituto Fonte apresentou uma proposta com menos hipóteses já delimitadas, o que pareceu abrir possibilidades de explorar os temas e suscitar as respostas mais reveladoras das motivações do envolvimento dos adolescentes e jovens com roubo.

A pesquisa optou pela metodologia qualitativa, inspirada na pesquisa etnográfica e em técnicas que tornariam possível observar, descrever e analisar as dinâmicas que marcam o envolvimento de adolescentes e jovens com o roubo, na perspectiva de entender como é a decisão de ingressar na vida infracional; se pares influenciam na entrada do ciclo infracional; como são as relações familiares; qual o conjunto de valores, simbologias, sonhos e visões de mundo que contextualizam sua biografia e as relações que o adolescente, como indivíduo, estabelece com o ambiente social do qual faz parte.

As redes de relacionamento afetivo e institucional dos adolescentes são povoadas por outros adolescentes, seus familiares e também por representantes dos sistemas de medidas socioeducativas e de segurança pública, que se interpõem em sua trajetória. A pesquisa contemplou estas pessoas para identificar as diferentes visões sobre estes adolescentes e seu envolvimento com o roubo. E, para além disso, seria possível vislumbrar pontos necessários à melhoria do sistema socioeducativo.

Desta forma, a pesquisa definiu os seguintes segmentos: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nos meios aberto e fechado; atores que compõem a rede de proteção, segurança, Justiça, Conselho Tutelar e execução de medidas socioeducativas; familiares dos adolescentes. Para cada segmento foram adotadas as seguintes estratégias:

SEGMENTO	ESTRATÉGIAS
• Atores que compõem a rede de proteção, segurança, Justiça, Conselho Tutelar e execução de medidas socioeducativas	• Entrevistas presenciais a partir de roteiro semiestruturado
• Adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado	• Grupos focais e de discussão para mapear aspectos relacionados a suas biografias e trajetórias com a prática do roubo e propiciar espaços de reflexão sobre este tema
• Familiares de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa	• Grupos focais para captar suas percepções sobre o envolvimento de seus filhos ou dependentes em atos infracionais e sobre si mesmos diante destas circunstâncias

Considerando a intenção de dar voz a todos estes segmentos, definiu-se uma amostra que não pretendia representar todo o universo de adolescentes e profissionais que atuam nas instituições de interesse da pesquisa, mas que contemplaria algumas características, sobretudo no que diz respeito aos grupos de adolescentes. A composição de cada segmento será apresentada a seguir.

5. Participaram da seleção da proposta dois especialistas com extensa experiência nos temas de juventude e segurança: Sílvia Ramos (coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes) e Robert Muggah (diretor de pesquisa e coordenador do Programa de Segurança Cidadã do Instituto Igarapé)..

Segmento da rede de proteção, segurança, Justiça, Conselho Tutelar e execução de medidas socioeducativas

Este segmento, composto por conselheiros tutelares, promotores e defensores públicos e juiz da Vara Especial da Infância e Juventude, delegados de Polícia e policiais militares, educadores, agentes educacionais e técnicos que acompanham os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, foi abordado por meio de *entrevistas presenciais* em profundidade. As entrevistas buscaram identificar as percepções sobre os fatores relacionados ao envolvimento do adolescente com o roubo; como se veem e quais as possibilidades e limitações no desempenho de seus papéis; e a contrapor as imagens que constroem em torno do problema e das soluções que identificam, com aquelas trazidas pelos adolescentes.

INSTITUIÇÃO	ENTREVISTAS
Conselho Tutelar	4
Polícia Civil	2
Polícia Militar	3
Judiciário	4
Instituições executoras de medida socioeducativa	8
TOTAL	21

Segmento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

A segmentação considerou as transformações que ocorrem nas formas de subjetivação dos indivíduos na adolescência e as diferenças de interesses e perspectivas ao longo de seu desenvolvimento. Buscou garantir oportunidade para ouvir as questões próprias a cada faixa, evitando que adolescentes mais experientes dominassem o discurso dos mais novos. Além disso, considerou-se a recomendação de que os mais novos cumpram medidas mais brandas e a maior participação de adolescentes do sexo masculino. Desta forma, os *grupos de discussão* planejados foram os seguintes:

Grupos com adolescentes cumprindo medida socioeducativa na Fundação CASA

SEXO	FAIXA ETÁRIA	SEMILIBERDADE	INTERNAÇÃO
Masculino	15-16 anos 16 anos ou mais	1 grupo -----	----- 1 grupo
Feminino	16 anos ou mais	-----	1 grupo

Grupos com adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio aberto

SEXO	FAIXA ETÁRIA	LA OU PSC
Masculino	12-16 anos	2 grupos

Além dos *grupos de discussão*, foram realizadas *entrevistas em profundidade* com uma parcela reduzida de adolescentes e jovens, buscando aprofundar questões a partir de abordagens que facilitassem o afloramento da subjetividade em seus discursos. Foram previstos dois encontros com dois adolescentes ou jovens participantes de cada um dos grupos de discussão, que manifestassem interesse de participar desta atividade. No total foram realizadas entrevistas com 9 adolescentes.

Segmento de famílias ou responsáveis legais

Para este grupo, optou-se pela abordagem em *grupos de discussão*, visando captar a percepção que pais ou responsáveis pelos adolescentes têm sobre o envolvimento de seus filhos/familiares em atos infracionais; e sobre si mesmos diante dessa circunstância. Os integrantes desses grupos foram indicados pelas organizações executoras de medidas socioeducativas, a partir do interesse e disponibilidade manifestados.

Foram realizados um grupo focal com 7 familiares de adolescentes em cumprimento de medida de internação e uma entrevista com familiar de adolescente em cumprimento de liberdade assistida.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa reiterou elementos motivadores para o envolvimento de adolescentes no ciclo infracional do roubo apontados em outras pesquisas ou diagnósticos e, ao mesmo tempo, revelou aspectos pouco explorados por outros estudos, como as diferenças de percepção sobre o tráfico e o roubo e o envolvimento de adolescentes do sexo feminino.

Estas informações, assim como a visão que os adolescentes demonstraram ter sobre si mesmos, contrapõem-se ao discurso de diversos profissionais. Este também é um dado relevante da pesquisa, uma vez que os diversos atores que passam pela trajetória de adolescentes envolvidos com roubo (e de forma abrangente, as instituições às quais estão vinculados) têm impacto na permanência desses adolescentes nas mesmas circunstâncias que os levaram à prática infracional. Importante salientar que isto não ocorre de forma intencional, que há profissionais que buscam outras formas de atuação que podem gerar mudanças na trajetória dos adolescentes, e que estas mudanças não estão inteiramente condicionadas à atuação das instituições. Ainda assim, é importante destacar estes pontos, na perspectiva de qualificar a atuação de quem lida com adolescentes envolvidos em atos infracionais.

Os resultados da pesquisa serão apresentados nas próximas páginas da seguinte forma: primeiramente, serão compartilhadas as perspectivas sobre os adolescentes; em seguida serão tratadas as questões sobre seu envolvimento com roubo e, então, serão compartilhadas considerações sobre as políticas públicas relacionadas ao sistema socioeducativo. Finalmente, serão apresentadas considerações sobre os achados da pesquisa e sugestões.

CAPÍTULO I: SOBRE OS ADOLESCENTES

A escuta a todos os segmentos desta pesquisa procurou levantar inicialmente as percepções sobre o perfil dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa. A intenção não foi levantar informações que já são amplamente conhecidas a respeito das condições de vulnerabilidade dos adolescentes, mas identificar desejos, visões de mundo, por onde circulam e com quem se relacionam. O levantamento realizado junto aos profissionais de diversas instituições que têm contato com adolescentes envolvidos em atos infracionais também possibilitou problematizar como eles enxergam estes adolescentes e de que forma isso pode impactar a relação que se estabelece entre eles.

Entre todos os profissionais ouvidos, ficou evidente que o olhar sobre os adolescentes envolvidos em atos infracionais está relacionado à perspectiva de atuação de cada um, ao tipo de contato que se estabelece com os adolescentes e aos limites e desafios inerentes a este contato, relacionados a questões de tempo, de condições e demandas de trabalho.

// Representantes da Polícia, Judiciário e Conselho Tutelar

O contato destes profissionais com os adolescentes é pontual e curto, resultando em uma visão restrita a aspectos que compõem o imaginário e o discurso sobre os adolescentes que vivem nas periferias. As falas de quase todos os entrevistados deixam transparecer uma expectativa em relação ao comportamento e valores dos adolescentes que não é cumprida por eles.

Os entrevistados mencionaram o gosto por funk e “pancadão” como sendo a representação dos interesses e costumes dos adolescentes, além do desejo por consumir e ostentar. Não cabe aqui questionar o quão verossímeis são estas afirmações, até porque, como se verá, os adolescentes também reiteram este discurso; a questão é que trata-se de uma visão pouco abrangente.

“O que atrai eles hoje é o pancadão. É o pancadão, o funk (...). Eles gostam de festa e gostam dessas coisas assim, entendeu? É só farra.”

De fato, os adolescentes gostam do funk, do fluxo, do pancadão, mas como se verá adiante, a vida deles não é “só farra”: eles despendem parte substantiva de seus dias executando tarefas domésticas ou cuidando de irmãos menores. Em suas vidas, os bailes funk constituem, senão o único, um momento especial de lazer.

A “resistência”, assim como a “arrogância” manifestas pelos adolescentes nos contatos estabelecidos com estes atores foram características mencionadas, mais uma vez sugerindo que os adolescentes não se comportam do modo que seria esperado. Conselheiros relatam a postura “desafiadora” de meninos e meninas da mesma maneira que juízes referem-se ao “ar de deboche” nas audiências.

Estas visões dialogam com uma perspectiva segundo a qual a família e a “crise de valores” (da sociedade, da juventude, da família) seriam responsáveis pelo envolvimento de adolescentes com atos infracionais. Este ponto de vista que tem um viés mais moralista do que técnico influencia a atuação de cada um, segundo seus relatos. Muitos apontaram episódios em que agiram com uma postura assistencialista, moralizante e culpabilizadora, como se estivessem desempenhando o papel de pai, quando esta não é sua função.

Diversos entrevistados afirmaram ter a mesma origem social que os adolescentes (nasceram, moram e trabalham em territórios vulneráveis) e por terem seguido caminhos diferentes, desqualificam e estigmatizam as histórias de vida dos adolescentes – como se o envolvimento em atos infracionais fosse mera decorrência de uma escolha individual e racional.

A despeito do que foi apontado, profissionais ouvidos não atribuem aos adolescentes envolvidos com roubo uma identidade única (“ladrão”, infrator”) e conseguem perceber que, nessa fase da vida, os adolescentes transitam entre diferentes papéis.

“Eu arrisco a dizer é que muitas vezes esse menino tem uma família, ele vai pra casa e tem comida lá. Então ele não se sustenta roubando; ele vai roubar quando ele precisa de alguma coisa. Está ligado a alguma necessidade de consumo e não é a profissão dele: muitos estudam, vão pra escola... (...) A minha impressão é que não tem essa de o ladrão, o estudante, o não sei o que. Ele é tudo ao mesmo tempo.”

// Técnicos e educadores do sistema de medidas socioeducativas

Boa parte dos profissionais ouvidos na pesquisa traz em suas falas sobre os adolescentes as mesmas características já mencionadas – o desejo por consumo, pela ostentação, o imediatismo, a impulsividade, a “falta de valores” – porém fazem uma leitura mais abrangente das condições de vida e desafios que eles enfrentam cotidianamente. Aparentam a forte presença do tráfico de drogas nas comunidades da periferia, a falta de opções para os adolescentes e a sua exposição a inúmeros fatores de risco.

Os entrevistados fizeram referências a aspectos individuais que compõem o perfil destes adolescentes, muitos relacionados à sua história de vida – repertório cognitivo limitado, ausência de consciência crítica, baixa autoestima, agressividade, e incapacidade de sonhar.

“Às vezes o menino está com 14, 15 anos e está defasado na escola (...) e a gente vai conversar com ele sobre a importância da educação formal e, aí, eles falam assim: ‘ah, pra que vou me preocupar com isso, se eu vejo engenheiro trabalhando na feira...’ ‘ó que eu vou fazer com este curso, se depois não vou conseguir arrumar um emprego?’”

Os educadores também pontuaram o quanto estas características estariam sendo reforçadas por agentes responsáveis por prover o acesso destes adolescentes às políticas públicas, como a escola.

“A gente ouviu de alguns diretores [de escolas]: ‘ah, não vou fazer a matrícula, porque ele não vai ficar aqui muito tempo mesmo. Ele vai perder a vaga por faltas...’. (...) A maioria esmagadora dos [meninos daqui] vem de escola pública; e os professores falam: ‘ah, se ele não quer estudar, nós deixamos ele ali num canto.’”

Foram frequentes falas que tratam da baixa efetividade do sistema socioeducativo em prover novas perspectivas de vida para os adolescentes, o que reitera a necessidade de se fortalecer as políticas públicas ofertadas aos adolescentes quando encerram a medida socioeducativa.

“Trabalho com adolescentes, então vejo que esta fase é difícil. A dificuldade maior recai para esses que fizeram essa escolha, ou que foram empurrados pra isso porque (...) é muita falta de opção também, eu vejo isso. (...) Às vezes tem menino aqui que não tem perfil de infrator [mas está infracionando] e a instituição não resolve tudo. Resolve só uma parte.”

Pelo que foi possível apreender da fala dos entrevistados, os atendimentos regulares – focados no acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA) – deixam pouco espaço para a escuta ativa e interessada e a interação com o adolescente. A falta de um contato mais aprofundado faz com que os adolescentes sejam analisados pelo grau de aderência à medida a partir dos parâmetros já adotados pela legislação: “amadurecimento”, “arrependimento do que fez”, “vínculo com os técnicos/educadores”, “interesse pela família, escola, trabalho, religião”, “ciência das possibilidades de ressocialização”, que acabam classificando-os em uma escala genérica. Este tema será abordado adiante, no capítulo III.

// Adolescentes

As conversas com os adolescentes trouxeram outros elementos para compreender seu perfil e trajetória, além daqueles que compõem o panorama apresentado pelos profissionais ouvidos.

Quem são e do que gostam

Uma das atividades realizadas com os adolescentes nos grupos focais foi a criação de uma personagem “parecida com eles”, o que permitiu que expressassem seus valores e forma de se colocarem no mundo. Estas são algumas das características dos personagens criados:

- Mora em regiões de quebrada, gosta de andar de moto, de fumar maconha, de pegar mulher e de roubar (*“De roubar, porque roubar dá emoção”*).
- Frequenta pancadão, pagode, samba, funk... e gosta de aproveitar o fim de noite para fazer um “corre” (*“Sai a pé e volta de nave, [que consegue] roubando”*).
- Suas roupas, tênis e acessórios são sempre “de marca” (*“O tênis é Mizuno de 1000 reais”*).
- Tem vários amigos: é popular em seu meio. Os amigos gostam dele(a), porque tem atitude, humildade, é leal, verdadeiro e respeitador.
- Não trabalha nos moldes tradicionais: faz bicos, mesclando trabalho e roubo. *“Tem momentos que trabalha e tem momentos que [rouba]...”*; *“Rouba de manhã e trafica à noite”*.
- É corajoso, forte e preza sua autonomia e independência: *“Para roubar, só precisa da peça e da coragem”* (...) *“É vida loka, não depende de ninguém”*.
- Os eventos mais importantes de sua vida são: a passagem pela Fundação CASA (no caso dos meninos), e a festa de 15 anos, o nascimento dos irmãos ou algumas perdas difíceis de superar – pai, namorado (no caso das meninas).
- Em sua primeira “fita”, foi chamado(a) e ajudado(a) pelos amigos: foi se espelhando nas atitudes do companheiro e deu tudo certo.

Muitas das características deste personagem encontram eco naquilo que os profissionais ouvidos na pesquisa apontaram sobre o perfil e interesses destes adolescentes: a ostentação como forma de ser valorizado pelos pares, as maneiras de se divertir, a necessidade de estar em grupo e ser reconhecido pelos amigos. Características que são inerentes à adolescência.

O que chama a atenção neste exercício que os adolescentes foram convidados a fazer é sua visão sobre trabalho e a valorização da autonomia e independência. Como se verá adiante, estes dois temas estão interconectados e apareceram como motivadores do envolvimento com roubos. Além disso, algumas falas já deixam pistas sobre o lugar que o roubo ocupa em suas trajetórias: uma atividade pontual, que pode ser realizada depois de uma festa como forma de expressar coragem e ganhar o reconhecimento dos amigos, algo que traz liberdade. Estes pontos serão abordados a seguir.

A trajetória de vida dos adolescentes

Nas escutas aos adolescentes, procurou-se compreender sua trajetória: eventos marcantes, as relações com familiares e cuidadores, a relação com a escola, o trabalho e os amigos. Adiante serão apresentados alguns destes aspectos.

Família

Dentre os adolescentes que compõem a amostra da pesquisa, foram encontrados os mais variados desenhos familiares: o tradicional modelo nuclear conjugal, cujos pais mantêm o mesmo casamento; casos de jovens que moravam com pai e madrasta ou com mãe e padrasto; outros que moravam com família ampliada; e outros que cresceram sem a presença familiar, tendo sido criados por instituições.

Esta diversidade faz frente aos conceitos sobre os modelos de família que seriam de certa forma a solução para que o adolescente não se envolvesse com atos infracionais. A diver-

sidade aponta que não é um ou outro modelo de organização familiar o fator de influência na inserção do jovem nesse ciclo.

Outro dado verificado foi a grande parcela dos atores familiares que residem com os adolescentes e está inserida no universo de trabalho legal, com vínculos empregatícios formais e estáveis. Também foram encontradas famílias com adultos com algum histórico de envolvimento em atividades criminais; mas esta não foi a regra entre a amostra. Estes dados, ainda que estejam circunscritos à pequena amostra desta pesquisa, colocam em cheque afirmações bastante cristalizadas de que os adolescentes são oriundos de famílias desestruturadas, sem valores, e estas seriam as causas de seu envolvimento com atos infracionais. O que se percebe entre os relatos compartilhados pelos adolescentes é que em sua trajetória de vida eles são chamados a assumir responsabilidades domésticas e familiares em função da pouca disponibilidade dos adultos, com consequências para sua vida escolar e sociabilidade.

O fato de que os familiares e responsáveis tenham que despender a maior parte de seu tempo entre deslocamento e cumprimento de suas obrigações profissionais, em detrimento do acompanhamento e crescimento de seus filhos leva, muitas vezes, estes jovens a desempenharem papel de estruturador da ordem familiar e de suas próprias rotinas. Com isso, vivenciam um desenvolvimento solitário, sem acompanhamento de um adulto, e um cotidiano autogerido por eles ou por irmãos mais velhos.

“Minha mãe acorda às quatro da manhã, prepara a comida e sai para trabalhar às cinco. Eu acordo às 6, tomo meu café e vou para a escola. Entro às sete. Volto para casa 12:20, já almoçado, como na escola. Daí tiro um cochilão até às 3 da tarde, quando acordo, vou para a rua soltar pipa, fico lá na banca... até umas cinco, seis horas, quando minha mãe chega. Aí, vou para casa, jogo um pouco no computador, como, tomo banho e durmo”.

“Somos em cinco irmãos, todo mundo ajudava, mas como eu era mais velho, eu tinha que deixar a casa em ordem e deixar meus irmãos na escola (...) Minha mãe é exigente, tinha dia que ela já chegava estressada do trabalho, eu não sei se tinha acontecido alguma coisa no trabalho, mas se ela via alguma coisa fora do lugar, ela descontava na gente, ficava brava.”

Algumas famílias chegaram a contar com vizinhos ou familiares para apoiá-las nos cuidados com os filhos enquanto estavam ausentes, trabalhando. Na amostra, segundo os relatos dos adolescentes, esta prática parece acontecer mais na fase inicial da infância até o início do Ensino Fundamental. Após os sete ou oito anos, estes jovens já enfrentavam suas rotinas sozinhos.

“Minha mãe saía para trabalhar e eu ficava com a tia Celina, ela me pegava quando voltava do serviço. Daí fui para a escola aos sete anos e voltava com minha irmã, e a gente ficava sozinha em casa.”

O desenvolvimento desacompanhado que perpassa a vida destes adolescentes não gera neles uma sensação de abandono; a maioria reconhece que seus pais cumprem ou cumpriram as suas obrigações parentais.

“Minha mãe sempre foi uma mulher trabalhadora, sempre colocou comida dentro de casa, nunca deixou faltar nada para a gente, se faltava era uma mistura mesmo”.

“Como é que ela vai fazer? Ela tem que trabalhar para cuidar da gente, para por os negócios que a gente precisa dentro de casa. Então a gente tem que ficar sozinho”.

Na perspectiva do adolescente, tal experiência está mais vinculada à ideia de autonomia, do que de abandono. O adolescente sente-se capaz de tomar decisões sobre a própria vida e a vida daqueles por quem é responsável.

“(...) eu tinha preguiça de levar a minha irmã na escola, aí eu faltava e ela faltava também! Aí, ela parou de estudar também, que nem eu, mas eu parei de estudar porque eu não gostava de ir pra escola, eu não gostava de estudar. Mas ela gostava. Ela chorava para minha mãe que queria ir à aula, mas nem minha mãe, nem minha irmã mais velha podiam levar, porque elas trabalhavam né?”

A autonomia vivenciada pelos adolescentes resvala para uma vida mais independente que dribla a vigilância dos responsáveis e faz com que enfrentem a frágil autoridade dos pais.

“Ela [mãe] trabalha, eu deixava a casa arrumada pra minha mãe, aí, eu saía, a minha mãe voltava pra casa umas seis horas da tarde. Aí eu tinha que chegar antes dela, pra ela me ver dentro de casa, pra ela não desconfiar de nada. Aí ela chegava em casa e eu estava lá, assistindo jornal, deitado na cama. Ela nunca imaginou. Passou uns 3 anos sem ela desconfiar que eu estava nessa vida.”

“A mulher da escola ligou pra minha mãe perguntando por que eu não estava indo. Ai ela [mãe] perguntou por que eu não estava indo pra escola. Ai eu falei que não queria ir mais. Ela [mãe] ficou falando lá. Eu nem dei bola, virei as costas e fui embora.”

“Minha mãe ficava orelhando quando eu ia para o baile funk, mas eu ia. Deixava ela falando sozinha. Eu tinha meu dinheiro, me virava, não estava pedindo e nem tirando nada para ela.”

As histórias de vida compartilhadas pelos adolescentes apresentaram boas lembranças sobre o convívio em família, sobretudo nos anos iniciais da infância. À medida que foram crescendo e surgiram mais dificuldades em casa, seja em função de eventos trágicos ou mudanças na configuração familiar, passam a assumir mais responsabilidades ao mesmo tempo em que se veem mais sozinhos. Este distanciamento dos adultos aumenta à medida em que os adolescentes buscam fortalecer vínculos fora de casa – com outros adolescentes, como é natural nesta fase da vida. Esta situação impõe inúmeros desafios aos familiares e responsáveis pelos adolescentes com relação a cuidados e limites.

Escola

Nos relatos sobre suas trajetórias de vida, alguns pontos merecem destaque. As interrupções na trajetória escolar foram recorrentes, em função de dificuldades de ordem pessoal – traumas, rupturas afetivas – que se juntam a questões de ordem prática. Os adolescentes apontaram algumas razões para o abandono da vida escolar, que não são desconhecidas, mas precisam receber mais atenção quando discutidas com eles em seus planos de atendimento individual, com a rede de proteção que o recebe e suas famílias.

Dentre estas razões está a mudança de estágio escolar do Fundamental 1 para o Fundamental 2 que implica, para grande parte, em mudança de escola e na estrutura curricular. De um professor de referência, com maior chance de vínculo, passam a ter professores por especialidade. Além da questão do vínculo, necessário para a confiança e apoio mediante dificuldades de acompanhar os conteúdos, a mudança de estrutura curricular passa a exigir conhecimentos mais específicos que, por sua vez, exigem mais tempo e dedicação ao estudo. Também não se pode desconsiderar os *déficits* de aprendizagem que os adolescentes vêm carregando pelos anos, que não são percebidos ou trabalhados e são mais um elemento que provoca a evasão escolar. Além disso, a mudança para outra escola parece exigir uma nova postura diante de um número maior de alunos e de colegas mais velhos.

“Até a quarta série era legal, né? Eu ia bem na escola. Lá era mais fácil, né? (...) Até a quarta eu estudei no EMEI, no João Saraiva, e lá onde eu estudo agora é bem grande a escola, tem muita gente...”

“Quando você muda de escola tem uns meninos que são mais altos e você quer ser folgado, mas tem os mais folgados e tal.”

“Os cara colava comigo e eu lá sem nada. (...) Os mano encostando na porta da escola, de nave, só motonas do ano, carrão do ano. Você fica com aquela ilusão na cabeça, imagina um dia de nave, várias minas dentro, várias novinhas na garupa...”

A necessidade de começar a contribuir financeiramente em casa passa a ser uma realidade à medida que os adolescentes crescem. Mesmo antes, eles já lidavam com as demandas domésticas (por exemplo, em famílias onde há pouca valorização do estudo, prioriza-se que o irmão mais velho cuide dos irmãos mais novos) que os afastavam dos estudos.

Também surge, nas falas dos adolescentes, a falta de compreensão do que é oferecido pela escola, tanto no que diz respeito aos conteúdos quanto às regras, de onde partem as experiências de quebra de limites. Se por um lado eles apontam que a continuidade nos estudos pode garantir um trabalho no futuro, por outro eles têm dificuldade em entender como a escola e o estudo poderiam efetivamente ajudá-los.

“Hoje em dia você para de estudar, vai curtir a juventude, balada, aí, você cresce, fica velho, como fica? Vai continuar roubando a vida toda? Se não vai usar o estudo agora, vai usar depois para conseguir um serviço.”

“Conheço gente que estudou, tirou o técnico e ganha mil reais por mês. Dá para viver com 1000 reais?”

Os adolescentes também compartilharam relatos que apontam para o desinteresse das escolas em relação a eles, como situações em que diretores e coordenadores permitiam que eles não frequentassem as aulas já que era muito indisciplinados. Na ausência de condições de dar limites, os educadores optam pela exclusão, que retroalimenta a quebra de limites, como fica claro no relato compartilhado por um educador que atua no sistema socioeducativo.

“(...) eles não tem essa cultura [de estudar], eles já estão há quatro ou cinco anos fora da escola e, pra eles terem saído há quatro ou cinco anos, eles saíram da escola com onze ou doze anos de idade. Então, a permanência [na escola], essa questão de interiorizar essa necessidade [de estudar] também se torna bem difícil (...) Eles mesmos, às vezes, falam pra nós: ‘quando eu sair eu não vou mais estudar, eu não quero estudar.’”

Os adolescentes mais velhos, especialmente, referem-se à escola como um local para comer, para fazer amigos, para ostentar e vender os produtos adquiridos em roubos. Para eles, a escola já perdeu outros sentidos, como o de prover melhores perspectivas de futuro.

A maioria que interrompe os estudos só os retoma, porque está em medida socioeducativa. Ou porque percebe uma necessidade para os sonhos que aspira ou para garantir bons pontos no relatório para o juiz. Mesmo entre os que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, e portanto precisam frequentar as aulas, identificou-se o desinteresse pelos estudos.

“Aqui [na Fundação] eu não acho bom, porque eu só durmo, mas é porque é o lugar que te desanima.”

O mesmo foi percebido com relação aos cursos técnicos ou profissionalizantes. Quem tem acesso a estes cursos na Fundação CASA revela pouco interesse. A maioria dos entrevistados não vê com bons olhos esta perspectiva e outra parte desconhece esta possibilidade.

“Ah não! Eu estou suave de fazer curso, eu fiz muito curso quando tava na Fundação, eu estou suave. Curso quebra muito a cabeça. Eu tenho curso de hidráulica, entalhar madeira, politecnicos, colocação de gesso.”

Trabalho

Há duas realidades de trabalho na vida dos adolescentes: o trabalho lícito e o ilícito. Elas não são concorrentes - pelo contrário. Nos discursos, a condição de trabalho informal parece ser mais relevante que o fato de o trabalho ser legal ou ilegal.

Com relação a essa dualidade, os adolescentes apontaram que o trabalho lícito oferece pouco dinheiro, mas uma questão de contingência diante do que aspiram: uma possibilidade de se assegurar garantindo um intervalo de tempo e visibilidade do mundo do crime. Já o trabalho ilícito oferece bons rendimentos, emoção, posição social e a possibilidade de correr riscos.

“O problema não é trabalhar, o problema é você passar o mês inteiro para tirar 1200 reais.”

“Quem trabalha hoje em dia não tem dinheiro.”

Mundos divididos

Assim como convivem entre dois pólos do trabalho, os adolescentes lidam com outros pares dicotômicos: o caminho *certo* e o caminho *errado*, como se a vida estivesse dividida entre bem e mal. Nesta divisão, percebe-se em suas falas os seguintes elementos:

- Associados ao mundo do *certo*, do *bem*, o trabalho formal (mesmo que ofereça pouca renda pela sua baixa qualificação profissional), a distância do envolvimento com o crime, a escola, o amigo da afetividade, a igreja.
- Associados ao mundo do *errado*, do *mal*, estão: o trabalho informal, dinheiro rápido, o consumo de coisas caras, o mundão da rua, da diversão do funk, do delito, da droga com os amigos, do “parça da vida loka”, da arma fácil.

Exposição à violência

Nas trajetórias destes adolescentes ficou claro o alto grau de exposição a situações de violência. Esse tema emergiu nos discursos através das manifestações de incômodo e sensação de inadequação no mundo em que vivem, expressando-se das mais variadas formas:

- Nos deboches, insultos e sensação de exclusão em ambientes para os quais são encaminhados:

“Eu me sinto um intruso no curso que eu faço. Só é boy e gente que tem... eu me sinto um intruso. Eles falam uma língua diferente lá, que eu não entendo. E eu falo dialeto de maloqueiro. Eu me sinto tipo como se não fizesse parte dali, como se fosse um intruso.(...) Não falo com professor, nem aluno, nem ninguém”.

- Na restrição de seus direitos de ir e vir em seus próprios locais de moradia:

“Foi que nem ontem, morreu um parceiro meu na quebrada; tinha ROTA na quebrada; estava pra lá e pra cá, várias viaturas. Aí, fui pra praça. Estava tendo baile. Aí, estava indo pra casa, meu irmão começou a falar de viatura, ele falou: ‘velho, está muito carro para o meu gosto’. Aí, sai logo a ROTA de uma esquina, [e] falamos: ‘agora vamos tomar um cacete, eu com passagem...’. Meu irmão acabou de sair também, está assinando LA. (...) Acha que não ia tomar um pau? Eu falei: ‘puta, agora esses caras vão amassar nós’. Eu pensei até em morte!”

- Nas ameaças e tensões familiares / domésticas:

“Ele [padrasto] veio me xingar na rua, mandar eu tomar no cú, sua arrombada não sei o que lá. Eu peguei o pau e acertei nele, a minha mãe ficou até brava comigo né? Ficou brava comigo, ele falou pra minha mãe me por pra fora, e eu falei: ‘você vai escolher então? Eu vou na delegacia falar que você vai me abandonar porque eu sou menor’, aí, ela ficou com medo!”

- Nas ameaças e punições físicas que sofrem de seus parceiros/ rede do crime

“(...) quando eu voltei, o meu colega falou assim: ‘sabia que era pra você ter morrido?’ E ele mostrou assim o pedaço de madeira desse tamanho, [e] ele falou que o meu melhor amigo, que eu nunca imaginava tinha pegado as drogas, e ainda falou que eu tinha ajudado ele, ele morreu a paulada sabe? A paulada mesmo, e eu fiquei muito mal porque no último dia que eu vi ele, eu dei um abraço nele.”

- Nas agressões físicas e ameaças de morte que estão sujeitos quando confrontam as forças da lei:

“Quando eu tinha uns 13 para 14 anos tive uns amigos que morreram porque estavam com moto roubada e a Polícia matou.”

Alguns dos adolescentes também confirmam situações em que se sentiram solitários, com excesso de responsabilidades familiares (como ficar sozinhos em casa cuidando de irmãos mais novos ou da mãe doente), ou descuidados pelos pais e/ ou responsáveis – situações que, combinadas às descritas acima, comprometem seu bem estar psicológico.

Vínculos com outros adolescentes

A pesquisa também explorou como se dão as relações entre adolescentes e seus pares. O senso comum diz que a entrada no ciclo infracional tem grande influência das pessoas com quem os adolescentes se relacionam. De fato, podemos dizer que os adolescentes são influenciados por outros, na medida em que agem buscando se inserir em determinado grupo, ou conquistar garotas.

Os relatos dos adolescentes demonstram que eles são seletivos com relação a seus pares, demonstrando clareza e pragmatismo sobre qual a função de seus conhecidos. Denominam “parças” os companheiros para o delito; os *colegas* são os procurados para se divertirem, e os *amigos* (algumas vezes denominados de colegas também) são os que não fazem parte da “vida loka” – considerados amigos “verdadeiros”.

“Amigo é tipo uma amizade que a gente troca subjetividade, tá ligado? (...) Tem outro tipo de amizade que são os colegas, são os irmãos que a gente dá uns trago e sai.(...) Parça é parça, são os caras que a gente rouba junto.”

“Nossa faço amizade com qualquer um senhora! Mas é o tipo de amizade em que os caras não querem ver seu bem. (...) É aquele amigo que só encosta em você, quando você tem alguma coisa. Carro, moto, dinheiro. É colega, né?”

Quanto às relações de amizade, parece não haver muito espaço para vínculos de afetividade e confiança estreitos. Em geral, quando esta relação existe, eles classificam como “amigos verdadeiros” – aqueles com quem eles podem ser inteiros, compartilhar suas

contradições e aceitá-los como são. Normalmente são pessoas que não são ou não fazem mais parte da “vida loka”.

“Desabafar, aqui dentro[Fundação] é muito difícil. Só se coincide, quando gosta de fazer as mesmas coisas. Mas ninguém troca subjetividade aqui. Lá fora são poucas coisas que eu falo, assim, com amigo, sobre o pessoal. É mais com namorada mesmo.”

“Eu tenho uma amiga só, que eu ia na casa dela, conversava com ela bastante, ela tem até um filho e ela até falou que se acontecesse alguma coisa comigo que ela iria estar me esperando do mesmo jeito.(...) eu brigava com a minha mãe, e eu dormi lá, e teve um dia que a gente conversou bastante, (...) eu comecei a falar da minha vida, ela começou a falar da dela, a gente foi se conhecendo e cresceu uma amizade (...) Eu fiquei assim, de falar que eu era desta vida, porque ela não era da vida loka, mas ela me aceitou como eu era.”

O fato de não terem amigos – ou de serem tão pouco numerosos – parte, muitas vezes, de suas próprias escolhas: dizem preferir manter uma relação distante, pois sentem-se menos expostos a uma possível delação ou julgamento. A maioria das relações parece ser sustentada por um solo movediço onde predominam os laços de interesses e trocas concretas, que oferecem benefício material em troca de prestígio pessoal e conquista de um espaço social no grupo.

// Percepções dos familiares

Quanto à percepção dos familiares sobre os adolescentes, foram recorrentes as falas sobre as dificuldades em lidar com temas que envolvem a vida de seus filhos, como adolescência, sexualidade e drogas.

“Às vezes você não sabe lidar com o gênio, cada um tem um gênio, sei lá... [Gostaria de ter] Palestra ensinando como lidar com o seu filho, se [ele] é agressivo, faz assim... Porque às vezes você pensa que está fazendo certo, aí você está como, se diz, está piorando...”

“... A concorrência [com a rua] é bem mais forte, porque, assim, tinha que ser uma coisa muito agradável ele ficar dentro de casa, um ambiente muito bacana, pra concorrer com os amigos da rua.”

Houve diversas queixas quanto à pouca estrutura de apoio na rede de proteção e comunitária para auxiliar as mães e outros responsáveis nestes aspectos. Observou-se entre as entrevistadas um repertório baixo sobre desenvolvimento infantil, orientação educacional, que vem desde o momento em que tornaram-se mães (também adolescentes) até quando têm que lidar com a situação dos filhos em cumprimento de medidas socioeducativas, e com sua saída do ciclo infracional.

Assim, o que os familiares compartilham é um desconforto e despreparo para lidar com os adolescentes, acrescentado-se também as tensões geradas pelo fato de estarem cumprindo medida socioeducativa, que exigem a reorganização da rotina.

“[Me senti] Muito mal, de ver meu filho assim, eu criei ele sozinho... Tudo foi por água abaixo... Você não tem autoridade sobre seu filho. Você quer levar ele embora pra sua casa, você não pode.”

“Ah, fica muita coisa pra você... Ter que trabalhar; o filho aqui... É difícil, porque umas podem parar de trabalhar, mas, eu, no caso, tenho a minha mãe que tá (desempregada), tenho outro filho... Tem que ser forte pra continuar... porque tem outras pessoas que dependem de você... É difícil, tem que ser forte todo momento (...). E, às vezes, dá vontade de catar uma mudinha de roupa e ir embora...”

CAPÍTULO II: ATO INFRACIONAL DE ROUBO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ADOLESCENTES

Este capítulo apresenta de forma resumida o que os diferentes grupos ouvidos na pesquisa apontam como fatores relacionados ao envolvimento de adolescentes com roubos, dando especial ênfase ao que os adolescentes compartilharam com as pesquisadoras.

// Perspectiva dos profissionais

Mesmo tendo discutido que a trajetória de adolescentes e jovens envolvidos com o roubo não apresenta linearidade, muitos profissionais escutados apontam que há uma transição da prática do furto para a prática do roubo. Para alguns, isso se explica em função das habilidades exigidas para cada tipo de ato: o roubo é marcado pelo arrebatamento e o elemento surpresa, e exige mais impulsividade por parte dos adolescentes.

Os entrevistados também apontaram outros fatores que, combinados, contribuem para o ingresso no ciclo infracional do roubo:

- Precariedade das condições de vida, incluindo pobreza, fome, fragilidade da organização familiar, entre muitos outros aspectos.
- Ausência de políticas públicas específicas para adolescentes e jovens que reforça a escassez de alternativas de apoio e desenvolvimento do adolescente, desde a falta de equipamentos de lazer até atendimentos apropriados na área de saúde.
- Ausência familiar e falta de orientação e acompanhamento de adultos às atividades cotidianas dos adolescentes.
- Familiares com histórico marcado pela violência e pelo crime, realidade que diversos estudos trazem como fator de risco.
- Crise dos valores morais e éticos referindo-se à sociedade de consumo e a elasticidade da ética social.

- “Fraqueza da lei” e “percepção de impunidade”, que embute a percepção de que o ingresso na vida infracional se dá por meio de furtos, pequenos delitos, e (na visão dos entrevistados) como o ECA não prevê medidas suficientemente rígidas para esses casos esse comportamento evolui para delitos mais graves, como o roubo.

- Vivência na rua que amplia as referências para além das conhecidas em âmbito familiar.

- Violência nas escolas produzida por alunos e pela própria instituição.

- Características próprias da adolescência: fase de experimentação, busca de desafios e adrenalina.

- Busca de reconhecimento e afirmação perante o grupo.

- A “presentificação da vida”, onde para o adolescente a vida é o momento presente, a imortalidade, o que não os amedronta para o desafio e risco que o roubo promove.

- Baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação que dificultam o acesso a postos de trabalho com melhor remuneração.

Nenhuma destas circunstâncias deve ser compreendida como causa para a prática delitiva; mas segundo os entrevistados, todas convergem para a criação de uma ambiência que a favorece. São raras, quase inexistentes, as alternativas que possam se contrapor a elas.

Na percepção de atores entrevistados, a iniciação dos adolescentes estaria associada ao tipo de roubo praticado: nas idades mais precoces, predominariam os roubos de rua ou de menor gravidade; ao passo que os atos que envolvem mais planejamento, sangue frio e destreza ou, ainda, recursos de apoio mais organizados (como uma rede de receptação) tenderiam a envolver adolescentes mais velhos. Além, disso, apontam que antes de se iniciar no roubo, o adolescente já poderia estar envolvido com o consumo e o comércio de drogas, assim como poderia ter experiência em furtos.

// Perspectiva dos adolescentes

Nas conversas com os adolescentes, as percepções diferem daquelas apresentadas pelos profissionais ouvidos. Por exemplo, com relação ao envolvimento com roubo, ao contrário da percepção de que os adolescentes iniciariam sua trajetória no tráfico ou furto, predominam relatos de que o roubo foi o primeiro ato infracional. Há também entre o grupo ouvido, alguns que têm relação com o tráfico de drogas e que transitam entre um ato infracional e outro. De forma geral, parece haver certo viés discriminatório em relação aos que se dedicam apenas ao comércio de drogas.

Foram recorrentes falas que apontam como o tráfico é menos vantajoso que o roubo, sendo estes os principais aspectos negativos:

- O tráfico reproduz a lógica de empregado-empregador: trabalha-se para o dono da “biqueira”

“No tráfico você é lagarto, quem tá ganhando dinheiro é o dono, você tá lagarteando pra ele. Agora roubando não, você está roubando pra você!”

“[Você está] Trabalhando pra outro. (...) Eu vou ficar me matando lá até a noite? Sai fora, ficar vendendo droga para os outros? Eu não.”

- O tráfico prevê uma cadeia rígida hierárquica.
- Ganha-se por comissão, uma porcentagem fixa sobre as vendas.
- Há pressão por alcançar metas de vendas diárias.
- Os dias e horários de trabalhos são fixos e extenuantes (turnos de até 12 horas).
- Os locais de trabalho são fixos e ampliam a exposição e as chances de ser pego pela Polícia.
- O rendimento por turno de trabalho é baixo e o dinheiro demora, se comparado com um único roubo.

“A diferença do roubo é que você consegue na hora, agora o tráfico não, você tem que ficar ali o dia inteiro, a noite inteira [num mesmo ponto, vendendo]. (...) [Como olheira, podia tirar] uns cinquenta reais [por um] dia inteiro. (...) Tem lugar que é mais, mas onde eu morava era cinquenta reais. (...) [E, no] roubo você pode conseguir, mais né? E no tráfico não, é um tanto.”

“Vou falar pra senhora, depois que eu estava traficando, [é] que eu fui roubar. Ali o dinheiro estava demorando também um pouco pra chegar. (...) E eu ficava ali parado, dava plantão lá, pra depois pegar o dinheiro. Aí, roubar era mais fácil. Você pegava o dinheiro, já voltava com o dinheiro. Às vezes demorava um pouco, se você pegava um tênis, podia demorar um pouco pra vender, mas [na] maioria [das vezes] era dinheiro [certo].”

Ainda que o tráfico não seja tão vantajoso, muitos adolescentes ouvidos relataram que alternam a prática de tráfico e roubo, para “descansar”, considerando que os contínuos eventos de roubo demandam muita adrenalina; ou para “sair da mira da Polícia”, quando já estão visados pelas contínuas ações realizadas.

Assim como foram enfáticos em apontar as desvantagens de atuar no tráfico de drogas (ou dedicar-se exclusivamente a esta atividade), os adolescentes compartilharam as vantagens do roubo. Estes aspectos foram os mais recorrentes:

Autonomia e liberdade

“Eu não gosto de ficar me oferecendo para os outros. Eu esperava a pessoa me chamar e tal. Aí eu falei, quer saber, não vou ficar dependendo dos outros não, eu vou eu mesmo para o meu corre, que é a fala que nós fala. Ir para o corre, ir roubar. Aí foi indo e tal. Engraçado foi quando eu roubei um carro sozinho. Roubei sem [arma], só simulando (...). Aí deu tudo certo.”

Esta fala reflete o que muitos adolescentes compartilharam a respeito do roubo: é uma atividade que pode ser realizada na hora e frequência desejada, da forma como escolherem – com ou sem parceiro, sem precisar prestar contas a ninguém. Não existe vínculo ou obrigatoriedade, apenas a oportunidade e a escolha.

Trabalha-se menos e ganha-se mais

Muitos adolescentes compartilharam a fala de que é possível ganhar muito mais em um único roubo, e que este valor pode aumentar em função do risco e oportunidade envolvidos. Também apontaram a facilidade de escoamento dos bens roubados, que constitui uma vantagem adicional que reforça o sentimento de liberdade e agilidade.

Adrenalina

Sentimentos e sensações como ansiedade, autoconfiança, desespero, medo, potência e prazer da superação são inerentes ao risco da atividade e foram compartilhados pelos adolescentes, que utilizaram várias vezes o termo adrenalina.

“Essa adrenalina do roubo é um medinho, lá no fundo, de ser preso, de alguma vítima reagir. (...) É igual quando nós aprendemos a andar de bicicleta, descer morro, nossa que adrenalina! Continua, continua!”

“A adrenalina é de prazer, é na hora que você está vivo. (...) É conseguir concluir a missão.”

“A primeira vez é para poucos. Mas quando vai roubar assim, na primeira vez, o cara dá certo. Eu não sei se é o diabo que atenta... (...) Dá uma emoção tão grande, que você quer cada vez mais. É que nem moto: você quer cada vez acelerar mais.”

“Quando você vai, seu coração acelera. (...) Quando passa, você dá risada. Você fala: nossa, mano, sai dessa, você é louco!”

“A sensação? você acha que é fácil, você fala: ‘vou ganhar dinheiro fácil, vou continuar.’”

Satisfação além dos ganhos materiais

Além da quantia de dinheiro que pode ser obtida em um roubo, a atividade traz outras recompensas: segurança, aumento da autoestima, poder. Quem rouba se destaca em casa porque contribui com a família, afirma-se nos grupos de amigos e impressiona as garotas. Não à toa, houve muitos relatos de roubos cometidos depois de festas, como que para encerrar a noite. Roubar um carro (“nave”) e voltar para casa dirigindo, é uma forma de reafirmar coragem, poder e ganhar mais prestígio entre os amigos.

O papel das armas de fogo

Nem todo roubo é cometido com uma arma de fogo, que muitos adolescentes chamam de *peça*. Na pesquisa, houve relatos de roubos cometidos com simulacros ou somente simulando estar armados. Em todas estas situações, mesmo quando não está efetivamente armado mas simula portar uma arma de fogo, o adolescente coloca-se em uma situação de poder e domínio sobre a vítima.

“A vítima está sobre (sic) o nosso poder. Se ela reagir, nós vamos matar ela.”

Os adolescentes afirmaram ser fácil obter uma arma de fogo em suas comunidades. Ter uma arma à mão amplia as possibilidades de roubar.

“Está com neurose, está com arma. Você fala: ‘vou descontar em alguém’. Aí vou para o meu corre e roubo.”

Envolvimento com roubos

As pesquisadoras buscaram explorar entre os adolescentes de que forma se deu seu envolvimento com o ato infracional de roubo. Com relação à idade de iniciação, entre o

grupo consultado ela se mostrou bastante variável, sendo que alguns tiveram suas primeiras experiências antes de completarem os 10 anos, enquanto outros se depararam com a oportunidade aos 15 ou 16 anos.

Nem todos relataram ter praticado roubos acompanhados. A presença de companheiros, mentores ou pessoas nas quais se espelham não significa, porém, que a entrada no roubo, dependa, sempre, de um convite de terceiros. Há os que deixam claro terem realizado um roubo por vontade própria e sozinhos, assim como há casos em que a cooptação aparece de forma explícita.

As situações que circunscrevem a “iniciação” dos adolescentes são diversas e com base nos grupos focais e entrevistas de aprofundamento realizadas foi possível categorizá-las da seguinte maneira.

Acaso X Escolha

Nos relatos, foram identificadas as duas situações: em primeiro lugar, quando não houve uma escolha clara por parte do adolescente em praticar um roubo; a oportunidade se colocou diante de circunstâncias do momento. A idade, neste caso, não configura um elemento significativo para a iniciação, podendo acontecer a qualquer hora, tendo como pano de fundo: certa ingenuidade, que os colocou no lugar errado, na hora errada; ou um momento de vida em que tudo parecia dar errado, sair do controle.

Por outro lado, foram identificadas situações em que a inserção na “vida loka” foi precedida de uma decisão e cuja entrada para o crime se deu após fazerem contatos com pessoas já envolvidas. Alguns mostraram sua disposição e capacidade, procuraram contato, pediram para entrar; outros foram procurados por pessoas do roubo ou da “biqueira”. Em qualquer caso, há clareza de que fizeram, eles próprios, uma escolha.

“Eu comecei com o tráfico, comecei traficando para os caras [da biqueira]. Aí, os parceiros falou assim: ‘isso não dá dinheiro não, vamos mudar de ideia. Vamos ali para o BO’. (...) Os parceiros me chamaram para o BO, nós fomos, grudado.”

“Eu estava andando de bicicleta com um colega (...), eu tinha medo, um pouquinho, mas minha vontade era roubar. Aí estava passando uma mulher na rua e eu falei: ‘vou ver como é roubar’. Aí eu fui. Desci da bicicleta, enquadrei ela e falei para ela passar tudo o que tinha. (...) Eu queria o que tinha dentro da bolsa, cartão, senha, tudo.”

“A minha vida familiar estava legal, estava normal, mas eu queria roubar, eu queria fazer esses negócios, porque a minha mãe não podia dar o que eu queria, o meu pai não me pagava, me dava quinze reais, quinze reais não dá pra fazer nada, em um dia eu gastava. Eu queria comer um chocolate, queria alguma coisa.”

Contribuir com a renda em casa X Usar o dinheiro para consumir

Nos relatos foram identificadas situações de meninos e meninas para quem o envolvimento com o roubo foi uma questão de sobrevivência. Em geral, trata-se de uma iniciação em idade mais precoce, e precedida por atos de furto ou pelo tráfico.

“Eu comecei a roubar, porque eu e a minha mãe, a gente mora sozinha. Aí eu não trabalhava, nós tinha dificuldade em casa, aí comecei a roubar pra ajudar ela.”

Em muitos casos e em diversos momentos o desejo por consumo aparece como motivação para praticar roubo. Neste caso, o consumo para ostentação se relaciona com a necessidade da autoafirmação em seu próprio grupo social, incluindo o roubo como estratégia de ampliação da renda, para fazer frente a necessidades simbólicas.

As famílias também pontuaram isso nos conflitos que sofrem entre limite e medo da perda dos filhos.

“[Eu falava:] ‘você tem condições de comprar esse tênis, esse tênis aqui cabe no seu salário, esse [outro] já não dá’. Mas ele não quer mais esse, ele quer esse [outro]. Você tem que parcelar ou fazer alguma coisa, porque ele quer esse [outro, mais caro], se comprar esse [mais barato] ele nem usa.”

Experiência de aventura, prazer e fruição

Como já mencionado anteriormente, um componente muito significativo para os adolescentes envolvidos com a prática de roubo é a experiência em si e o que ela proporciona, além dos benefícios materiais e simbólicos. O sentimento de ser desafiado, a adrenalina, o risco, a sensação de poder são aspectos muito fortes e que influenciam a decisão por praticar outros roubos, como será tratado adiante.

“Quando rola a primeira vez, que você consegue, você não quer mais parar.”

Outro aspecto compartilhado pelos entrevistados trata das circunstâncias que envolvem a realização de um roubo. Foram recorrentes os relatos de roubos na saída de festas ou bailes, como um ritual de diversão e afirmação de coragem e poder. O aspecto de ritualização aparece também nos relatos sobre como se prepararam para executar um roubo, especialmente escolhendo roupas adequadas.

“Troquei de roupa, minha mãe até me perguntou onde eu ia com aquela roupa. [Eu] disse que ia no baile. Era uma roupa boa, porque também não vai de qualquer jeito, senão a vítima desconfia.”

// Participação feminina nos roubos

Antes de abordar questões relacionadas à continuidade ou desistência de envolver-se em roubos, vale compartilhar observações sobre a participação feminina nestes delitos. Para grande parte dos policiais, operadores do direito e conselheiros tutelares entrevistados, esta participação seria residual: elas estariam apoiando parceiros do sexo oposto ou acompanhando-os em função do relacionamento afetivo. Isso porque elas seriam mais dóceis, mais frágeis fisicamente e teriam envolvimento maior com tráfico de drogas (muitas vezes associado com a prostituição).

Esta percepção contrasta com o que dizem educadores e técnicos de medidas (socioeducativas) a respeito da quantidade de meninas praticando atos de roubo. Em um dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, por exemplo, foi compartilhada a informação que o número de meninas já alcança 12,5% do total de adolescentes atendidos (contra os pouco mais de 4% registrados nas estatísticas oficiais).

A despeito do viés machista de muitas falas, para alguns educadores, as meninas vêm se revelando tão “ousadas” e “corajosas” quanto os adolescentes do sexo masculino. A presença de meninas no roubo extrapola a dimensão quantitativa, introduzindo uma qualidade distinta: a ampliação de sua autonomia. Para aqueles que apontaram esta tendência, elas estariam prescindindo da figura masculina na liderança, assim como também já estariam atuando em duplas e quadrilhas compostas somente por meninas.

As adolescentes ouvidas na pesquisa confirmam esta percepção: elas não ingressam na “vida loka” incentivadas ou para acompanhar namorados, companheiros ou parceiros. Ao contrário, tomaram esta decisão por si mesmas, e, por vezes, à revelia do que eles gostariam. No “corre”, elas se veem como iguais: fazem os mesmos tipos de ação que os meninos, e tendem a buscar um afastamento de posturas femininas que marquem sensualidade e fragilidade.

Entre os meninos entrevistados, a participação das mulheres no roubo é vista de diferentes formas: há aqueles que as igualam a eles, não estabelecendo diferenças na hora da “fita”; os que as veem como necessárias, mas como apêndices na hora do crime; e os que as subestimam.

Independente da postura dos adolescentes – que reproduz, ora uma visão mais conservadora e utilitária do gênero feminino, ora menos discriminatória –, o que parece relevante é que a participação das mulheres, tal como aparece nesta pesquisa, tem algo de novo: aparecem em maior número e são mais proativas, com decisão sobre de que forma querem participar desse mundo.

// Continuidade ou desistência

Para finalizar este capítulo, é necessário compartilhar questões relativas à continuidade ou desistência do envolvimento com roubos. A escuta aos adolescentes permitiu identificar que no decorrer de suas vidas, os adolescentes comentem atos infracionais em sequências intermitentes, com diferentes significados para suas trajetórias dependendo da faixa etária e dos momentos apresentados pelo cotidiano. Neste sentido, a reincidência não é um destino inexorável.

Alguns fatores são fortes elementos motivadores de continuidade, tais como acesso rápido e farto ao dinheiro e a bens; autoafirmação em seus grupos de pertencimento; poder e prestígio; manutenção da vida de emoção e adrenalina. E outros são também deflagradores do abandono do ciclo infracional, tais como um filho, a entrada para a igreja, a percepção do risco, a perda rápida do dinheiro ganho, outro plano de futuro.

As passagens pela Fundação CASA e o convívio familiar durante o cumprimento das medidas socioeducativas (diferenciado daquele que existe ou existia no cotidiano) estimulam, em alguns, um discurso de arrependimento e declarações de intenção de mudar de vida. Contudo, é difícil dizer quanto essas falas trazem de desejo genuíno e quanto

reproduzem o que se espera que digam, na situação em que se encontram. Ao mesmo tempo em que os adolescentes se mostram culpados por gerar constrangimento entre seus familiares, sabem que será difícil se sustentarem fora do ambiente do roubo.

“Quando eu sair daqui, eu vou pensar antes de fazer esse negócio aí, que é pra poupar minha mãe desse sofrimento. (...) Sair da vida do crime para ver a felicidade dela”.

“Aí eu paro para pensar e vejo a minha mãe quando vem aqui, chorando e eu falo: ‘eles não merecem, eu não preciso disso’. Mas, e se eu encontrar dificuldade, o que eu vou fazer?”

A intenção de saída aparece nas entrevistas individuais com jovens em regime de internação, ocasião em que os discursos parecem mais angustiados e o peso da privação de liberdade fica mais evidente. Ao mesmo tempo, os adolescentes percebem as dificuldades que enfrentarão.

“Eu tô tirando 11 meses. (...) Eu vou fazer um ano, mas eu não vou falar pra senhora que eu vou segurar lá fora, [deixar de] andar de moto. Aí, vai vim os amigos me chamar para roubar e fazer essas coisas. Aí, eu não sei se vou conseguir me segurar, mas eu pretendo.”

Ainda que estes fatores estejam presentes nas falas de alguns adolescentes ouvidos, identificou-se entre a maioria que a saída da vida do crime é vista como bastante improvável. No âmbito das conversas travadas nos grupos focais, vigorou um discurso coletivo desesperançado. Os adolescentes até admitem que possam fazer rupturas temporárias, mas não têm perspectiva e não veem alternativas efetivas para deixar definitivamente o roubo.

“Sair, ninguém sai. Depois que entrou ninguém mais sai. (...) Você pode ficar uns anos parado, mas volta. (...) Às vezes o cara fala que está suave, aí vem o [outro] cara e fala: ‘mano, tem uma fita ali, 10 mil para pegar. Vamos? Rápido vai.’”

“... ali na hora, se seu objetivo é ganhar a vida, se adiantar. É ruim você, tipo..., por exemplo, uma fita de 15 mil reais, pra você dizer não.”

“Eu não vou falar que eu não volto, porque eu não vou saber quando eu sair daqui. (...) É difícil falar não.”

Estas falas chamam a atenção para as dificuldades concretas que os adolescentes enfrentarão quando terminarem de cumprir as medidas socioeducativas. Ainda que muitas motivações apresentadas pelos adolescentes para praticar roubos digam respeito a desejos individuais (consumir, ostentar, ser reconhecido), não se pode imputar a estes indivíduos a responsabilidade total pela reincidência ou não, uma vez que há diversos fatores circundando suas vidas que contribuem pouco para a construção de outros projetos.

CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os diversos grupos escutados nesta pesquisa trouxeram contribuições para entender o envolvimento de adolescentes com atos infracionais de roubo, refletir sobre as políticas públicas existentes e em que medida dialogam ou não com estes aspectos.

O discurso da vulnerabilidade, imediatismo e desejo por ostentação são recorrentes nas falas dos entrevistados, mas não deve ser entendido como determinante para o cometimento de atos infracionais. Em nenhum momento a pesquisa pretendeu identificar fatores determinantes, mas levantar aspectos comuns à trajetória dos adolescentes e suas percepções sobre motivações e desejos, buscando levantar questões pouco exploradas em outros estudos. É nessa perspectiva que ganham força as concepções sobre trabalho e o tipo de atividade que os adolescentes (por inúmeras razões) consideram mais vantajosas. A valorização do roubo enquanto atividade que proporciona liberdade, autonomia e ganhos materiais sem estar condicionada a uma estrutura rígida e hierárquica reproduz em certa medida o movimento que se percebe em toda a sociedade, de revisão dos padrões tradicionais de trabalho e valorização do empreendedorismo. Nesta perspectiva, vale refletir em que medida as opções de trabalho e de profissionalização dos adolescentes estão dialogando ou não com estes desejos.

A busca por autonomia, compartilhada nos relatos das adolescentes envolvidas em roubo, tem relação com a busca feminina em ocupar espaços sociais negando os papéis tradicionais de coadjuvantes do protagonismo masculino, e também coloca em xeque o tipo de atividade que vem sendo oferecida a elas em termos de qualificação profissional e lazer.

Para os adolescentes, os benefícios do roubo vão além do ganho material que possibilita ostentar um objeto (tênis, roupa, carro, moto) muito desejado: as dimensões simbólicas envolvidas, como o reconhecimento do grupo, o *status* junto às garotas, o sentimento de poder e coragem foram recorrentes nas falas, assim como as sensações proporcionadas

pelo ato de roubar. A satisfação da necessidade de correr riscos, sentir-se empoderados, deveriam ser questões abordadas nos projetos de vida e oferta de ações voltadas aos adolescentes. Considerar estas dimensões nos diversos espaços e serviços por onde circulam, e no acompanhamento da medida socioeducativa, não parece ser comum.

As entrevistas com profissionais que atuam no sistema de medidas socioeducativas apontam para uma lógica de trabalho permeada de desafios e que busca atender os requisitos definidos para a execução da medida, e assim analisar e enquadrar os adolescentes segundo um modelo com pouco espaço para considerar o que foi exposto acima.

No que diz respeito ao funcionamento das medidas socioeducativas, os entrevistados apontaram desafios como a falta do olhar sistêmico da rede de proteção, o pouco ou inexistente diálogo entre os diversos atores envolvidos nos atendimentos destes adolescentes nos territórios de origem, o pouco diálogo entre os meios aberto e fechado.

No atendimento socioeducativo, foi possível observar diferenças na forma de execução, tanto em relação a procedimentos burocráticos como no contato individual com os adolescentes. O que deveria ser respaldado em olhares técnicos, acaba sendo influenciado pela visão pessoal dos técnicos e educadores.

Entre muitos entrevistados, percebeu-se certa confusão entre o papel do técnico, que tem clareza sobre suas atribuições, funções e lida com os adolescentes de maneira menos pautada por suas próprias visões de mundo. Foi possível identificar o quanto a origem territorial influencia a relação dos profissionais com os adolescentes, ora permitindo um olhar mais empático, ora provocando mais distanciamento quando educadores ou técnicos fazem um paralelo de suas próprias conquistas apesar das adversidades que enfrentaram em função de sua origem.

Com relação às informações que devem ser enviadas ao Judiciário pelos técnicos, foi observada a sobrevalorização de algumas categorias sobre o grau de aderência à medida, tais como “amadurecimento”, “arrependimento do que fez”, “vínculo com os técnicos /

educadores”, “interesse pela família, escola, trabalho, religião”, “ciência das possibilidades de ressocialização”. Entende-se que seja necessário determinar parâmetros quanto ao que se espera de uma medida socioeducativa, mas seria importante garantir espaços para outros aspectos, como já foi apontado.

Outro desafio compartilhado pelos profissionais diz respeito à construção de vínculo com os adolescentes e um ponto que chamou a atenção foi a disparidade entre as abordagens adotadas pelos profissionais. Há quem consiga ampliar seus olhares e interessar-se pela trajetória dos adolescentes para um trabalho efetivo, enquanto outros relatam pouco interesse em investigar suas histórias e estão comprometidos em dar conta dos procedimentos rotineiros, formais, burocráticos, carregados de generalidades, sem olhar singular ou escuta ativa para o adolescente. A relação ainda é muito marcada pelo que precisa ser escutado e compartilhado com o poder Judiciário. Nesse sentido, os técnicos também reconhecem o temor dos adolescentes em se exporem a julgamentos que possam comprometê-los.

A busca curiosa sobre a história, interesses e potencialidades dos adolescentes, deveria ser reconhecida como importante para compreender a entrada no ciclo infracional. Porém, isso foi pouco relatado pelos técnicos como perspectiva de atendimento.

Diversos aspectos relacionados às condições de trabalho – rotatividade, pouco tempo e subdimensionamento das equipes influem na qualidade do atendimento prestado, interrompendo a construção de vínculos, limitando os contatos à busca de informações para compor os relatórios e perdendo a possibilidade de se fazer uma interessada investigação sobre a trajetória desses adolescentes.

Considerando a importância da articulação do trabalho executado pelos técnicos e educadores de medidas socioeducativas com outras políticas e serviços, ficam claros outros desafios quanto ao acesso a estes serviços e a maneira como os adolescentes são vistos e consequentemente pouco acolhidos. Foram recorrentes falas sobre escolas relutantes em matricular os alunos com histórico de indisciplina ou envolvimento em atos infracio-

nais, assim como os adolescentes compartilharam diversos relatos de descaso e discriminação nas escolas que contribuíram para sua evasão.

“Nem escola não tem... Nem a escola faz a sua parte. Eu peguei um adolescente que estava há dez dias sem frequentar aula (...) e o que aconteceu? (...) Eu liguei pra escola e falei: ‘vocês fizeram o papel de vocês? O Conselho Tutelar foi informado? A família foi informada?’ [e a escola respondeu:] ‘Não, a gente não informa porque ele tem 17 anos’.”

Os profissionais também apontam a falta de diálogo entre os serviços e a dificuldade em realizar encaminhamentos para outros serviços em função de sua escassez.

“Procura um psiquiatra. Aqui não tem pra encaminhar.”

Ainda que estes não sejam temas diretamente relacionados ao foco da pesquisa, é importante mencioná-los aqui pois também contribuem para a permanência dos adolescentes no ciclo infracional.

Finalmente, outro tema que apareceu com força na pesquisa, foi o desamparo das famílias de adolescentes cumprindo medida socioeducativa. Na perspectiva da ressocialização dos adolescentes, a família ocupa (ou deveria ocupar) um lugar significativo; portanto, esse aspecto não deve ser desconsiderado. As falas das mães e avós entrevistadas revelam que há pouco acolhimento e orientação por parte dos serviços.

Essas famílias desprovidas de apoio acumulam medo de violência, constrangimento, vergonha, humilhação e solidão. Desde a chegada à delegacia, quando seus filhos são flagrados, e são recebidas de forma agressiva, desqualificadora, ou veem sinais de violência; ou frente ao juiz quando se sentem intimidadas pelo ambiente ou fala das autoridades; ou ao se surpreenderem pelo envolvimento infracional dos filhos, quando não haviam percebido indícios de comportamento ilícito e se sentem fracassadas; ou no abandono dos companheiros depois do flagrante dos adolescentes, quando o pai ou padrasto se eximem dos cuidados com a família, e sobram as mães sozinhas.

As famílias respondem e apoiam as exigências dos técnicos, apesar de muitas vezes pouco poderem contribuir. Foram enfáticas em dizer que momentos como o da entrevista para a pesquisa, possibilitaram escutas melhores que todos que foram oferecidos e vivenciados junto aos profissionais de medidas socioeducativas. Parece importante então problematizar em que medida as ações que vêm sendo desenvolvidos têm dado conta de acolher, orientar e fortalecer as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa, apresentados nos capítulos anteriores, reiteram percepções amplamente compartilhadas sobre os adolescentes, seus valores e desejos, ao mesmo tempo em que relativizam algumas questões sobre seu envolvimento com a prática de roubos. Além disso, provocam reflexões sobre em que medida as políticas existentes estão dando conta de aspectos relevantes para o envolvimento e a reincidência dos adolescentes em atos infracionais.

Se não é possível estabelecer relações de causalidade entre condições de vulnerabilidade vivenciadas pelos adolescentes em suas trajetórias de vida e seu envolvimento em atos infracionais, também não é possível descartar de que a escassez de políticas e ações que façam frente às condições e desafios que se impõem a eles e suas famílias pode estar contribuindo para sua permanência no ciclo infracional. Neste sentido, vale destacar falas repetidas sobre a dificuldade em permanecer na escola, seja em função de dificuldades cognitivas, do pouco apoio na família (em função de demandas domésticas) para que continuem os estudos e também do descrédito que a própria escola tem em relação a estes adolescentes.

O pouco apoio que as famílias afirmam receber para dar conta das dificuldades e desafios que enfrentam no cuidado e educação dos filhos também ficou evidente e parece fragilizar ainda mais as relações entre os adultos cuidadores e os adolescentes. As falas de diversos profissionais que têm contato com os adolescentes envolvidos em atos infracionais responsabilizam e culpabilizam as famílias, mas pouco têm sido oferecido para fortalecer estas famílias que se dividem entre rotinas de trabalho e deslocamentos exaustivos, com pouco tempo e pouco repertório para cuidar dos adolescentes e fazer frente ao que lhes é oferecido fora de casa.

Quanto ao perfil dos adolescentes envolvidos com roubo, fica claro que seus valores, desejos e comportamentos são muito próximos aos de qualquer adolescente. Muitas falas

dos profissionais que lidam com estes jovens parecem negar isso, como se houvesse uma expectativa de que seus valores e comportamentos fossem diferentes – que não pudessem desejar ter reconhecimento, aceitação entre os pares, divertir-se e sentir-se corajosos. A questão é que são justamente estas necessidades que parecem ter forte relação com o envolvimento em roubos, uma vez que esta prática traz ganhos materiais e simbólicos que os adolescentes parecem não vivenciar em outras situações. Não se trata de exigir que toda e qualquer atividade ofertada aos jovens tenha que propiciar a eles todos os ganhos e satisfações que desejam, mas sim de refletir em que medida as atividades ofertadas – sejam elas relacionadas à formação profissional, cultura, lazer – consideram essa dimensão simbólica e possibilitam a eles que vivenciem algumas das sensações que muitos relataram como sendo aquelas que o roubo proporciona – autonomia, liberdade, poder, adrenalina, coragem, valorização pelo grupo, entre outras. Esta reflexão vale tanto para os garotos quanto as garotas – a pesquisa deixou claro que eleas também tem buscado esse espaço de afirmação e empoderamento.

Quanto às medidas socioeducativas, parece importante garantir um olhar mais técnico e menos moralizante sobre os adolescentes e suas famílias, deixando de lado a idealização de modelos que não correspondem à realidade. Além disso, é importante fortalecer os técnicos e educadores e criar mais conexões com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, uma vez que ficou claro que há uma sobrecarga de tarefas que dificulta que os profissionais que atuam diretamente com os adolescentes possam dedicar-se a este trabalho com mais profundidade. Mas de nada adianta possibilitar a eles melhores condições de trabalho se não houver possibilidades de encaminhamentos e articulações com outros serviços e políticas nos territórios de origem dos adolescentes.

Finalmente, é importante salientar que esta pesquisa não pretende ser conclusiva e tampouco representar toda a parcela de adolescentes envolvidos em roubos. Alguns aspectos levantados aqui podem ensejar a realização de outros estudos e contribuir para ampliar o conhecimento sobre o envolvimento de adolescentes com esta prática, indo além das análises e explicações já conhecidas. Aspectos simbólicos relacionados à prática de roubo

e a participação feminina, por exemplo, poderiam ser explorados em outros estudos, inclusive numa perspectiva comparativa com o que vem sendo ofertado aos adolescentes em termos de lazer, qualificação profissional, formação, etc. Da mesma maneira seria interessante compreender as demandas das famílias com relação aos adolescentes em cumprimento em medida socioeducativa e em que condições estas demandas vêm ou não vêm sendo atendidas. Explorar fatores relacionados à reincidência dos adolescentes, buscando problematizar que possibilidades acessam quando encerram a medida socioeducativa, parece ser outro caminho necessário.

Como foi apresentado no início deste relatório, entende-se que este material abre novos diálogos e possibilidades de exploração para qualificar as medidas socioeducativas e ter alguma incidência na trajetória dos adolescentes.



DIRETOR EXECUTIVO
Ivan Contente Marques

ASSESSORA SÊNIOR
Beatriz Miranda

**COORDENADORA DA ÁREA
DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**
Janaina Baladez

**COORDENADOR ÁREA DE
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**
Rodrigo Pereira

TRAJETÓRIA DE ADOLESCENTES E JOVENS ENVOLVIDOS COM ROUBO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Coordenação: Ligia Rechemberg e Beatriz Miranda

Desenvolvimento: Instituto Fonte , Martina Rillo Otero (Supervisora)
Ana Claudia Marques (pesquisadora) e Lucia Peixoto Calil (pesquisadora)

Redação: Ligia Rechemberg

Revisão: Renata Itaborahy

Projeto gráfico, diagramação, gráficos e tabelas: Tiago Cabral

Dezembro/2016



institutosoudapaz



@isoudapaz



instituto.soudapaz



tv soudapaz



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática